IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CNPJ Nº 09.541.336/0001-36
NIRE Nº 42 3 0003373-1
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração de Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2018. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para construir e gerenciar o projeto e a operação da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética ("UTE Ibitiúva" ou "Usina"). A Usina possui capacidade instalada de 33,0 MW[1] e garantia física de 20,0 MW médios, utilizando como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol da Usina Andrade Açúcar e Álcool.

A autorização para a Usina foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em favor do Consórcio Andrade (Consórcio). O Consórcio, do qual a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool S.A. participam com 72,9% e 27,1%, respectivamente, foi criado para a implantação e operação da UTE Ibitiúva.

Em leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em 14.08.2008, o Consórcio vendeu 20 MW médios de energia pelo período de 15 anos, a partir de abril de 2010.

A Usina, em operação desde 2010, está localizada no município de Pitangueiras, que dista aproximadamente 60 km de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

A Ibitiúva não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia é exercido pela ENGIE Brasil Energias Complementares Ltda. (ECP), uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE), que participa com 95% do capital integralizado da Companhia. A Andrade Açúcar e Álcool detém os demais 5% do capital da Ibitiúva.

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

3. Desempenho Operacional

Em 2018, a geração total bruta da UTE Ibitiúva foi de 176,5 GWh, superior em 4,5% a geração verificada em 2017, que foi de 168,9 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 94,1%, (88,4% em 2017). Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2018 foi de 65,9% (60,2% em 2017).

4. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2018	2017	Variação %
Receita líquida de vendas	33.565	32.540	3,1
Lucro bruto	21.435	22.653	(5,4)
Margem bruta	63,9%	69,6%	(5,7) p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	21.261	22.502	(5,5)
Ebitda (Lajida)	27.591	28.852	(4,4)
Margem Ebitda (Lajida)	82,2%	88,7%	(6,5) p.p.
Resultado financeiro	1.726	3.148	(45,2)
Lucro líquido do exercício	20.925	22.941	(8,8)

b) Comentário sobre as principais variações

O decréscimo do Ebitda e do lucro líquido do exercício decorre, substancialmente, do aumento dos custos com a compra de energia e os serviços de terceiros, os quais foram parcialmente atenuados pelo incremento de receita, motivado pelo reajuste dos contratos e da maior geração no exercício de 2018. Adicionalmente, houve redução das receitas financeiras líquidas em função da diminuição das taxas de juros, impactando, desta forma, a renda de aplicações financeiras entre 2018 e 2017.

5. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2018.

6. Agradecimentos

A Administração da Ibitiúva agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2018.

A Administração

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.305	51.025
Contas a receber de clientes	5	2.917	2.836
Penalidades a ressarcir	6	3.395	3.030
Estoques		882	838
Outros ativos circulantes		238	173
		42.737	**57.902**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	7	2.230	3.462
Mútuo entre partes relacionadas	8	13.117	14.234
Outros ativos não circulantes		90	83
		15.437	**17.779**
Imobilizado	9	**50.018**	**56.651**
Intangível		**268**	**297**
		65.723	**74.727**
TOTAL		**108.460**	**132.629**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.216	2.434
Financiamento	12	7.944	7.943
Dividendos		1.988	29.527
Penalidade a pagar	6	3.395	3.030
Outros passivos circulantes		596	350
		16.139	**43.284**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	12	4.374	12.233
Provisão para contingência cível		122	110
		4.496	**12.343**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		38.501	38.501
Reservas de lucros		38.501	38.501
Dividendos adicionais propostos		10.823	-
		87.825	**77.002**
TOTAL		**108.460**	**132.629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	14	**33.565**	**32.540**
Custos da energia vendida			
Pessoal		(470)	(425)
Materiais e serviços de terceiros		(2.914)	(2.145)
Depreciação e amortização		(6.330)	(6.350)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.209)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo		(104)	(129)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(453)	(272)
Outros		(650)	(566)
		(12.130)	**(9.887)**
LUCRO BRUTO		**21.435**	**22.653**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(174)	(151)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**21.261**	**22.502**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		2.105	4.222
Variação monetária sobre mútuo		719	436
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais		155	320
Juros e variação monetária sobre financiamentos	12	(1.138)	(1.686)
Outras despesas financeiras, líquidas		(115)	(144)
		1.726	**3.148**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**22.987**	**25.650**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(2.062)	(2.709)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**20.925**	**22.941**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**20.925**	**22.941**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**20.925**	**22.941**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2016	**38.508**	**(7)**	**4.317**	**20.540**	**-**	**-**	**63.358**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.941	22.941
Dividendos intermediários	-	-	-	(7.118)	-	-	(7.118)
Destinação proposta à AGO:							-
- Reserva legal	-	-	1.147	-	-	(1.147)	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	19.615	-	(19.615)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.179)	(2.179)
Saldos em 31.12.2017	**38.508**	**(7)**	**5.464**	**33.037**	**-**	**-**	**77.002**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.925	20.925
Dividendos intermediários	-	-	-	(8.114)	-	-	(8.114)
Destinação proposta à AGO:							-
- Reserva legal	-	-	1.046	-	-	(1.046)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.988)	(1.988)
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.068	-	(7.068)	-
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	10.823	(10.823)	
Saldos em 31.12.2018	**38.508**	**(7)**	**6.510**	**31.991**	**10.823**	**-**	**87.825**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**22.987**	**25.650**
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	6.330	6.350
Variação monetária sobre mútuo	(719)	(436)
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(155)	(320)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	1.138	1.686
Outros	18	54
Lucro antes dos tributos ajustado	**29.599**	**32.984**
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	(81)	(129)
Estoques	(44)	(48)
Outros ativos circulantes	(1.502)	(847)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	189	265
Outros passivos	130	(15)
Caixa gerado pelas operações	**28.291**	**32.210**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.472)	(2.011)
Pagamento de juros sobre financiamento	(1.076)	(1.543)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**25.743**	**28.656**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(82)	(990)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(82)**	**(990)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamento	(7.920)	(7.891)
Dividendos pagos	(36.676)	(8.467)
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas	1.836	1.776
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	1.379	66
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(41.381)**	**(14.516)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(15.720)**	**13.150**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	51.025	37.875
Saldo final	35.305	51.025
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(15.720)**	**13.150**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Dividendos compensados	(965)	-
Compensação de imposto de renda e contribuição social	472	818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Ibitiúva Bioenergética S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 28.04.2008, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social construir, operar e manter unidades de geração para produção de energia elétrica, gerar créditos de carbono, participar no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, e celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Sociedade é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e o Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26.04.2019.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos e passivos financeiros

a.1) Caixa e equivalente de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de vigência do Consórcio Andrade, visto que nessa data os ativos serão transferidos de forma não onerosa à Andrade Açúcar e Álcool.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente. pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Novas normas, alterações e interpretações

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência: (i) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15); (ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9); (iii) ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22); (iv) Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2); (v) Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4); (vi) Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40); (vii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

h) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC ° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação inicial sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e, não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Companhia não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	800	81
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	34.505	50.944
	35.305	**51.025**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2018 e de 2017 foi de cerca de 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

Não há saldos vencidos há mais de 30 dias em 31.12.2018.

NOTA 6 – PENALIDADES A RESSARCIR E A PAGAR

Referem-se ao montante líquido a receber da Andrade Açúcar e Álcool pelo ressarcimento da indisponibilidade do fornecimento de energia, motivada por insuficiência de fornecimento de insumo, que resultou em geração de energia em quantidade aquém do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER).

Conforme o contrato de consórcio, na hipótese do empreendimento deixar de fornecer a quantidade de energia elétrica devida nos termos do CER, as partes responsáveis deverão ressarcir as penalidades eventualmente aplicadas ao Consórcio ou à Ibitiúva pela indisponibilidade de energia elétrica. O saldo apresentado na rubrica "Penalidade a ressarcir" em 31.12.2018 é de R$ 3.395 (R$ 3.030 em 2017).

As penalidades devidas à CCEE são quitadas no mês de abril do ano subsequente à insuficiência da geração e registradas no passivo circulante na rubrica "Penalidade a pagar".

NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 8 – MÚTUO COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se ao contrato firmado entre a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool, para que esta pudesse investir na aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como na execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool, com o objetivo específico de garantir o suprimento à UTE Ibitiúva da quantidade de insumos exigida nos termos do Contrato do Consórcio Andrade.

O valor vem sendo quitado em parcelas mensais e consecutivas, durante a vigência do Contrato de Energia de Reserva (CER), de junho de 2010 a maio de 2025, no valor equivalente a 3,85% do total das receitas provenientes da venda da energia elétrica gerada pelo empreendimento, calculado com base no preço original de venda da energia. O contrato prevê a atualização anual do saldo credor pela variação do IPCA, medido pelo IBGE.

a) Mutação:

Saldo em 31.12.2016	**15.574**
Variação monetária	436
Recebimento	(1.776)
Saldo em 31.12.2017	**14.234**
Variação monetária	719
Recebimento	(1.836)
Saldo em 31.12.2018	**13.117**

NOTA 9 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2018			31.12.2017
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	6,0	11.674	(6.356)	5.318	4.708
Máquinas e equipamentos	6,1	91.401	(47.330)	44.071	51.332
Móveis e utensílios	6,3	77	(40)	37	43
		103.152	**(53.726)**	**49.426**	**56.083**
Em curso		**592**	**-**	**592**	**568**
		103.744	**(53.726)**	**50.018**	**56.651**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2016	**5.455**	**56.893**	**48**	**-**	**62.396**
Ingressos	-	-	-	568	568
Depreciação	(747)	(5.561)	(5)	-	(6.313)
Saldos em 31.12.2017	**4.708**	**51.332**	**43**	**568**	**56.651**
Ingresso	-	-	-	55	55
Baixa	-	(387)	-	-	(387)
Transferências	1.313	(1.283)	1	(31)	-
Depreciação	(703)	(5.591)	(7)	-	(6.301)
Saldos em 31.12.2018	**5.318**	**44.071**	**37**	**592**	**50.018**

c) Autorização do órgão regulador

O Consórcio Andrade é detentor da autorização, com vigência até 04.04.2030, para geração de energia elétrica da UTE Ibitiúva.

NOTA 10 – FORNECEDORES

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores de imobilizado	1.853	2.260
Fornecedores de materiais e serviços	308	144
Encargos de uso da rede elétrica	55	30
	2.216	**2.434**

Do montante total devido a Fornecedores de imobilizado, R$ 1.276 referem-se a saldo retido de pagamento para a Dedini S/A Industrias de Base, que está sendo discutido judicialmente. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da ação para liberação do montante.

NOTA 11 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, em decorrência dos saldos totais de financiamentos, no montante de R$ 7.739, em 31.12.2018.

De acordo com a análise de sensibilidade preparada pela Companhia, para cada 0,3 p.p. de aumento na TJLP, os juros sobre os financiamentos seriam elevados em R$ 14.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos é praticamente nulo.

A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos

de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

NOTA 12 – FINANCIAMENTO

a) Composição

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Subcréditos "A" e "C"						
Principal	3.694	4.022	7.716	3.678	7.674	11.352
Encargos	23	-	23	39	-	39
	3.717	**4.022**	**7.739**	**3.717**	**7.674**	**11.391**
Subcrédito "B"						
Principal	4.219	352	4.571	4.209	4.559	8.768
Encargos	8	-	8	17	-	17
	4.227	**352**	**4.579**	**4.226**	**4.559**	**8.785**
	7.944	**4.374**	**12.318**	**7.943**	**12.233**	**20.176**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2016	**7.925**	**19.999**	**27.924**
Juros e variação monetária	1.561	125	1.686
Transferências	7.891	(7.891)	-
Amortização do principal	(7.891)	-	(7.891)
Pagamento dos juros	(1.543)	-	(1.543)
Saldos em 31.12.2017	**7.943**	**12.233**	**20.176**
Juros e variação montária	1.084	54	1.138
Transferências	7.913	(7.913)	-
Amortização do principal	(7.920)	-	(7.920)
Pagamento dos juros	(1.076)	-	(1.076)
Saldos em 31.12.2018	**7.944**	**4.374**	**12.318**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2020	4.064
2021	310
	4.374

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES – Subcrédito "A"e "C"	TJLP + 2,05% a.a. [(a)]	01.2021	Mensais
BNDES – Subcrédito "B"	4,5% a.a.	01.2020	Mensais

[(a)] O montante da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal.

e) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida; e (iv) fiança corporativa da controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

Os *covenants* estão sendo integralmente atingidos pela Companhia:
- Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80; e
- Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31.12.2018 e 31.12.2017 é de R$ 38.508, representado por 38.508.009 ações, sem valor nominal, conforme a seguir apresentado:

	Capital social			Quantidade de ações (Mil)	
Acionistas	Subscrito	Integralizado	A integralizar	Subscrita	Integralizada
ECP	36.583	(36.576)	7	36.583	36.576
Andrade Açúcar e Álcool	1.925	(1.925)	-	1.925	1.925
	38.508	**(38.501)**	**7**	**38.508**	**38.501**

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Reserva legal	6.510	5.464
Reserva de retenção de lucros	31.991	33.037
	38.501	**38.501**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2018, o valor de R$ 7.068 (R$ 19.615 em 31.12.2017) foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

c) Dividendos

	31.12.2018	31.12.2017
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	20.295	22.941
Reserva legal	(1.046)	(1.147)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**19.249**	**21.794**
Dividendos mínimos obrigatórios	1.988	2.179
Dividendos adicionais propostos	10.822	-
Total dos dividendos anuais	**12.810**	**2.179**
Dividendos atribuídos a:		
ENGIE Brasil Energias Complementares Ltda. (ECP)	12.169	2.070
Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)	641	109

c.1) Composição dividendos a pagar

	31.12.2018			31.12.2017		
	ECP	**Andrade**	**Total**	**ECP**	**Andrade**	**Total**
Exercício de 2015	-	-	-	18.333	-	18.333
Exercício de 2016	-	-	-	1.802	95	1.897
Exercício de 2017	-	-	-	8.832	465	9.297
Exercício de 2018	1.889	99	1.988	-	-	-
	1.889	**99**	**1.988**	**28.967**	**560**	**29.527**

c.2) Mutação dos dividendos a pagar

Saldos em 31.12.2016	**28.697**
Dividendos intermediários	7.118
Dividendos pagos	(8.467)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.179
Saldos em 31.12.2017	**29.527**
Dividendos intermediários	8.114
Dividendos pagos	(36.676)
Dividendos compensados	(965)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.988
Saldos em 31.12.2018	**1.988**

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	34.835	33.773
Outras receitas	1	-
	34.836	**33.773**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.271)	(1.233)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**33.565**	**32.540**

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2018		31.12.2017	
	IR	CSSL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	34.836	34.836	33.773	33.773
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	**2.787**	**4.180**	**2.702**	**4.053**
Receita financeira	2.979	2.979	4.978	4.978
Base de cálculo	**5.766**	**7.159**	**7.680**	**9.031**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(1.441)**	**(644)**	**(1.920)**	**(813)**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Redução de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(1.417)**	**(644)**	**(1.896)**	**(813)**

NOTA 16 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia

A Companhia vendeu no 1º Leilão de Energia de Reserva, através do Consórcio Andrade, 14,6 MW médios, correspondentes à sua participação na energia assegurada da UTE Ibitiúva Bioenergética.

b) Contrato de uso do sistema de distribuição

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista). O contrato tem vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora, em 04.04.2030.

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além das operações de penalidades a ressarcir, descritas na Nota 6 – Penalidades a ressarcir e a pagar, e do Contrato de Mútuo, descrito na Nota 8 – Mútuo com partes relacionadas, a Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores desse contrato são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Em 2018 o valor contratado foi de R$ 135 (R$ 128 em 2017).

NOTA 18 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2019 e o valor de cobertura é de R$ 122.435 relativa a danos materiais e R$ 47.879 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2018, da Ibitiúva Bioenergética S.A.).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

Jairo Carolinski
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 -
sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Ibitiúva Bioenergética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibitiúva Bioenergética S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 26 de abril de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.